

Educação Não Escolar em Teses e Dissertações. Diálogos possíveis

*Dinora Tereza Zucchetti**

*Karine Santos***

*Marilene Alves Lemes****

*Levi Nauter de Mira*****

Resumo

O artigo versa a respeito da educação não escolar, seus referentes teóricos e empíricos identificados em Teses e Dissertações disponíveis no Banco de Dados da Capes. Os estudos oriundos de Programas de Pós-Graduação em Educação foram defendidos entre os anos de 2011 e 2015, no Brasil. Uma pesquisa quali-quantitativa desenvolvida no período de 2016 e 2017 evidencia a relevância da definição dos campos empíricos para esclarecer o que consensuamos como sendo práticas de educação não escolar. No conjunto de 11 Teses e 27 Dissertações foi possível, identificar a presença dos estudos de Paulo Freire, entre outros, num campo de práticas de educação tido como não hegemônico no âmbito de estudos de Pós-Graduações *stricto sensu*.

Palavras-chave: Programas de Pós-Graduação; Educação Não Escolar; Paulo Freire.

* Doutora em Educação pela UFRGS. Professora Titular do Programa de Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale. Produtividade em Pesquisa do CNPq. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação Não Escolar (Feevale). E-mail: dinora@feevale.br

** Doutora em Educação pela Unisinos. Professora da Faculdade de Educação da UFRGS. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisa Coletivo de Educação Popular e Pedagogia Social e no Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação Não Escolar (Feevale). E-mail: karinesan@gmail.com

*** Doutora em Educação pela Unisinos. Educadora da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisa Coletivo de Educação Popular e Pedagogia Social e no Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação Não Escolar (Feevale). E-mail: marilene.lemes@gmail.com

**** Professor na Rede Municipal de Gravataí. Mestre em Educação pela Unisinos. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisa Coletivo de Educação Popular e Pedagogia Social e no Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação Não Escolar (Feevale). E-mail: levinauter@hotmail.com

Non-School Education in Theses and Dissertations. Possible dialogues

Abstract

The article deals with non - school education, its theoretical and empirical referents identified in Theses and Dissertations available in the Capes Database. The studies coming from Graduate Programs in Education were defended between the years 2011 and 2015 in Brazil. A qualitative-quantitative research developed in the period of 2016 and 2017 shows the relevance of the definition of the empirical fields to clarify what we agree as non-school education practices. In the set of 11 Theses and 27 Dissertations it was possible to identify the presence of Paulo Freire's studies, among others, in a field of education practices considered as non-hegemonic in the scope of stricto sensu Postgraduate studies.

Key words: Postgraduate Programs; Non-formal Education; Paulo Freire.

Educación No Escolar en Tesis y Disertaciones. Diálogos posibles

Resumen

El artículo versa sobre la educación no escolar, sus referentes teóricos y empíricos identificados en Tesis y Disertaciones disponibles en el Banco de Datos de la Capes. Los estudios provenientes de Programas de Postgrado en Educación fueron defendidos entre los años 2011 y 2015, en Brasil. Una encuesta cuali-quantit desarrollada en el período 2016 y 2017 evidencia la relevancia de la definición de los campos empíricos para esclarecer lo que consensuamos como prácticas de educación no escolar. En el conjunto de 11 Tesis y 27 Disertaciones fue posible, identificar la presencia de los estudios de Paulo Freire, entre otros, en un campo de prácticas de educación tenido como no hegemónico en el ámbito de estudios de Postgrados stricto sensu.

Palabras clave: Programas de Postgrado; Educación No Escolar; Paulo Freire.



1. Introdução

Estudos sobre o campo da educação não escolar têm sido tema privilegiado entre os autores deste artigo. Individual ou coletivamente em pesquisas institucionais de doutoramento, em orientações no âmbito de Pós-Graduação (PPGs), a educação não escolar é tema que dialoga com conceitos como práticas de educação, campos empíricos específicos, participação, gestão, instituições/organizações não governamentais, infância e adolescência, juventude, mulheres, idosos, formação de educadores.

A vinculação dos autores ao Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação Não Escolar – CNPq remete ao tema que pretendemos explorar. Neste sentido, no corpo do texto apresentamos o conceito de educação não escolar com o qual temos trabalhado, referindo-nos às práticas educativas que ocorrem no campo social, mais exatamente as nomeadas de “socioeducativas” – reconhecidamente, como sendo aquelas que não ocorrem no âmbito da educação escolar, campo hegemônico da produção do conhecimento.

Tais estudos têm se aproximado de um movimento interinstitucional mais amplo e que agrega Universidades do Rio Grande do Sul - RS/Brasil¹ na busca por identificar a presença de Estudos acerca de Paulo Freire nos PPGs em Educação. Assim sendo, coube ao Grupo de Pesquisa acima referido inserir-se na investigação perguntando sobre a presença de Paulo Freire na Educação Não Escolar nos PPGs em Educação do RS. Contudo, num primeiro momento, optamos por uma pesquisa mais ampla e o fizemos na medida do nosso interesse.

Partimos de evidências de que práticas de educação não escolar, campo empírico em fase de consolidação, implicam investigações mais amplas, buscando conhecer a educação não escolar e seus referentes teóricos nos estudos de Pós-Graduação em Educação no Brasil. Este é o tema sobre o qual este artigo se debruça. Para tanto, investigamos o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes o período de 2011 a 2015, identificando a temática da Educação Não Escolar, onde foram localizados, em números absolutos 38 obras: 11 teses e 27 dissertações².

Merece destaque o fato de que, em relação à pesquisa sob o descritor *Educação Não Escolar* nos títulos, foi necessário alguns ajustes. Um número significativo de produções não carregava no nome da obra o tal descritor; contudo, referiam-se visivelmente a um campo de investigação em educação que não a instituição escola. Nesses casos, foi necessário ampliar a busca. Fizemos o recorte dos resumos, das palavras-chave e das referências bibliográficas para a identificação do descritor em questão.

Procedimento semelhante foi tomado em relação ao campo empírico das teses e dissertações: (1) a exclusão de todas as práticas que remetessem exclusivamente à educação escolar; (2) a inclusão de expressões e/ou situações relativas aos ambientes não escola-

1 A presença de Paulo Freire no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos programas de pós-graduação em educação e do Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire é um estudo coordenado pelo Prof. Dr. Romeu Danilo Streck.

2 Importante ressaltar que a pesquisa inicial considerava os anos de 2007 a 2015, contudo, no decorrer da investigação a Capes tornou indisponíveis os estudos anteriores ao ano de 2011, fato ocorrido no segundo semestre de 2016.



res, não formais e informais. Quanto às referências bibliográficas, estas foram buscadas a fim de tornar possível identificar as expressões freirianas referenciadas no conjunto das publicações, uma vez que apareciam com frequência nas palavras-chave.

Com essa apresentação evidenciamos o contexto da produção deste artigo, o percurso metodológico traçado na pesquisa³, bem como alguns achados que o recorte investigativo oportunizou.

2. O que entendemos/defendemos por educação não escolar

Para melhor compreensão deste texto consideramos importante apresentar o conceito de educação não escolar com o qual temos trabalhado. A referência a um conceito, neste caso, não significa nenhum essencialismo, muito pelo contrário, é exercício de construção que considerou não somente a definição de um campo empírico, senão a sua historicidade, estudos realizados no âmbito de pesquisas institucionais, além do que vem sendo produzido na ação, num campo específico de intervenção, a saber, as políticas sociais.

A educação não escolar, neste sentido, enquanto conceito, é espécie de ferramenta que utilizamos objetivando ressaltar a existência de práticas educativas para além daquelas que ocorrem no âmbito da educação escolar. Via de regra, pela sua presença na história e, mais ainda, por sua hegemonia na esfera de produção do conhecimento letrado, a educação escolar se sobrepôs a todas as outras formas de educar, fato que reafirma a necessidade de esclarecer o que entendemos como sendo estas outras práticas da educação que ocorrem no campo social.

Para melhor definir o conceito, buscamos autores que estudam a temática dos socioeducativos que, no nosso entendimento, é prática (inter)institucional que melhor representa o campo teórico-prático em questão. Recorremos a Carvalho e Azevedo (2004, p. 1) para as quais projetos socioeducativos agregam atividades complementares à escola e conjugam educação e proteção social, afirmando-os enquanto “ações que fazem da educação para o convívio em sociedade e para o exercício da cidadania uma estratégia de proteção à infância e à juventude”.

Para Brandão (2012), os socioeducativos são modalidades de práticas que se caracterizam como tempos de dignidade para a infância-adolescência populares. Referência realizada em relação à dimensão socioeducativa do Programa Mais Educação, que, segundo o autor, em nada se confunde

com uma pedagogização da vida, ou uma espécie de expansão impositiva da cultura escolar, a outros redutos do cotidiano. Antes pelo contrário, trata-se de, em primeiro lugar, libertar a própria educação de seu pedagogismo utilitário que, ele sim, aprisiona a cada dia mais a própria escola entre momentos de um ensino centrado em uma progressiva árida funcionalidade (BRANDÃO, 2012, p. 69).

³ O levantamento e a sistematização inicial dos dados foram realizados pela Bolsista de Iniciação Científica Manuela Mello de Paula.



Para Zucchetti e Moura (2010a, 2010b), os socioeducativos são práticas de educação no campo social que habitam um campo teórico denominado de educação não escolar. Por sua vez, Zucchetti (2014) afirma que das bases conceituais desde onde partem os autores que estudam a temática é possível afirmar que, tomando os chamados projetos socioeducativos como referência, pode-se inferir à educação não escolar características como: presença no contra turno da escola, realização de práticas educativas voltadas à promoção da cidadania e à proteção social, forte apelo compensatório, típico das políticas do campo da assistência social e a complementaridade à educação escolar.

Em geral, experiências de educação não escolar, embora não exclusivamente, estão voltadas às crianças e a jovens que reconhecidamente vivem em situação de desvantagem social ou encontram-se socialmente vulnerabilizadas segundo categorias interpretativas que expressam a dinâmica de uma sociedade desigual que produz efeitos de exclusão sobre determinados sujeitos sociais (ZUCCHETTI, 2014, p.10).

A educação não escolar, segundo Haddad (2009, p. 370), é campo definido por uma dimensão empírica porque é desenvolvida fora do contexto da escola, e também política porque voltada “principalmente para a formação política e cidadã e no atendimento das necessidades de natureza econômica, socioambiental e cultural”.

Assim sendo, reiteramos que a educação não escolar é tema que dialoga com conceitos como: práticas de educação, educação não formal e informal, participação, gestão, instituições/organizações governamentais e não governamentais, infância, adolescência, juventude, mulheres, idosos, formação de educadores, entre outros, constituindo-se, desta forma, em tópico específico da educação.

3. A Educação Não Escolar no âmbito dos PPGs em Educação: um olhar a partir de alguns gráficos

Nesta seção, nos aproximamos da questão proposta na Introdução utilizando o recurso, não exclusivamente, da apresentação de alguns gráficos a fim de tornar mais explícita a visualização do que pretendemos destacar.

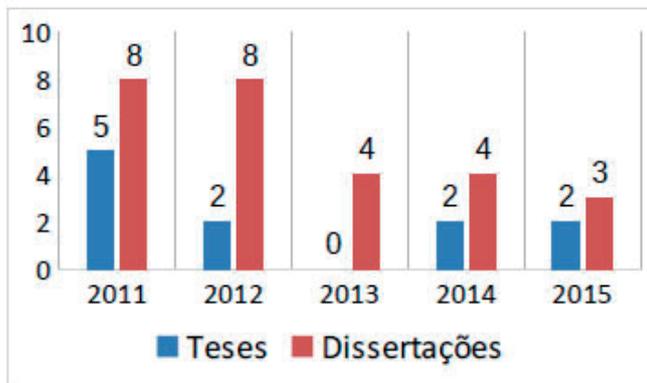
O Gráfico de número 1 representa a concentração das produções de Teses e Dissertações sobre a educação não escolar. Verifica-se que estão basicamente concentradas nos anos de 2011 e 2012. Vale ressaltar que em todos os anos sobressaem os estudos de Dissertações de Mestrado, numa proporção de quase 2.5 por 1, tanto nas universidades públicas quanto nas não públicas. Consideramos, sem um maior aprofundamento para a questão, tratar-se, no país, de situação que evidencia a maior oferta de vagas pelos PPGs em Educação no nível de Mestrado⁴.

4 Não é propósito do presente artigo analisar os motivos pelos quais a educação não escolar é menos expressiva nos estudos de Doutorado.



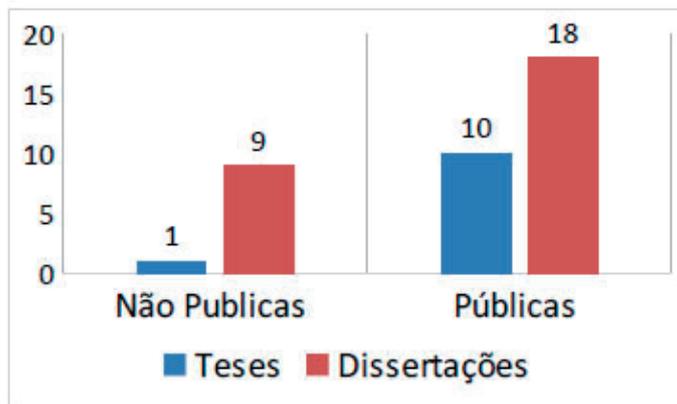
No Gráfico 2, por sua vez, verificamos que a maioria das produções sobre o tema são realizadas em universidades públicas (2.8 por 1), proporção que evidencia a menor representação da temática em Instituições de Ensino Superior - IES não públicas⁵.

Gráfico 1. Teses e Dissertações por ano



Fonte: autores, 2017.

Gráfico 2. Teses e Dissertações por Universidade: pública e não pública.



Fonte: autores, 2017.

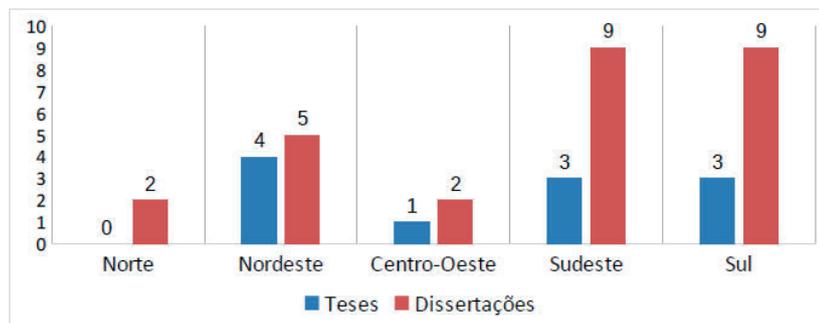
O gráfico 3, nos dá um panorama sobre a distribuição dos trabalhos acadêmicos por região. Sul e Sudeste se equiparam na quantidade de estudos e são seguidos pelo Nordeste. Fica o Centro-Oeste e o Norte com a menor proporção de estudos. Esses resultados parecem refletir a realidade brasileira no que tange às pesquisas em nível de pós-graduação.

André (2009) em sua investigação nos resumos disponíveis no Banco de Dados da CAPES sobre a produção acadêmica dos pós-graduandos na área de educação, subárea formação de professores, para o período de 1999 e 2003, identificou realidade semelhante. Quanto à distribuição regional, a autora verificou que a região Sudeste manteve a maior proporção das pesquisas, com 54%, a região Sul ficou com 25%, as regiões Norte e Nordeste com 12% e a região Centro-Oeste com 9%. Destaca em seu estudo que

⁵ Definimos como sendo IES não públicas, indistintamente, as universidades privadas, confessionais ou comunitárias.

há concordância no quesito produção para a região Sudeste, considerando-se que esta concentra o maior número de Programas de Pós-Graduação tendo como característica a oferta de número expressivo de linhas de pesquisa.

Gráfico 3. Teses e Dissertações por região do território brasileiro onde situa-se o PPGedu.

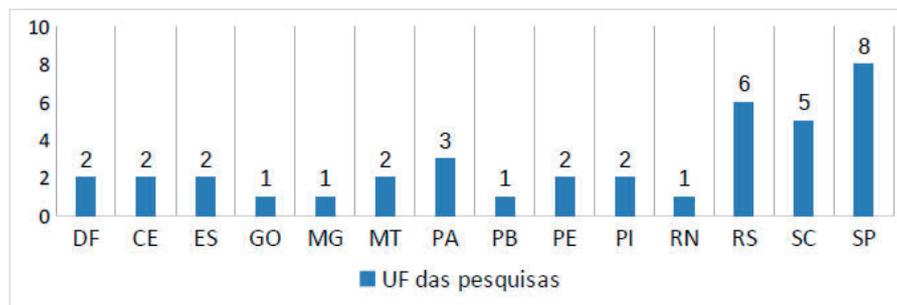


Fonte: autores, 2017.

Lemes (2017), em recente estudo de doutoramento apresenta o total de PPGs em Educação por regiões, no Brasil. Segundo a pesquisadora totalizam 55 Programas no Sudeste, 37 no Sul, 15 no Nordeste, outros 15 no Centro-Oeste e 5 no Norte. Neste caso, os indicadores apresentados relativos às pesquisas sobre a educação não escolar, por região, denotam um alinhamento à distribuição dos PPGs no território nacional.

No Gráfico 3.1, ao desmembrarmos os dados das regiões por estados não estamos procedendo no sentido de localizar a Instituição de Ensino Superior - IES onde as Teses e Dissertações foram realizadas, mas identificando a unidade federativa onde a investigação foi realizada. Atentemos a essa questão uma vez que os trabalhos defendidos ficam reconhecidos pelos PPGs no qual se originam, mas nem sempre correspondem ao lugar de realização da pesquisa. Curiosamente, este não foi o caso do conjunto aqui analisado. Da totalidade dos 38 trabalhos apenas um estudo foi realizado em região do país diferente da origem da titulação, outro realizou investigação comparada entre duas regiões e um último se ateve ao âmbito nacional.

Gráfico 3.1. Desmembramos os dados das regiões por estados



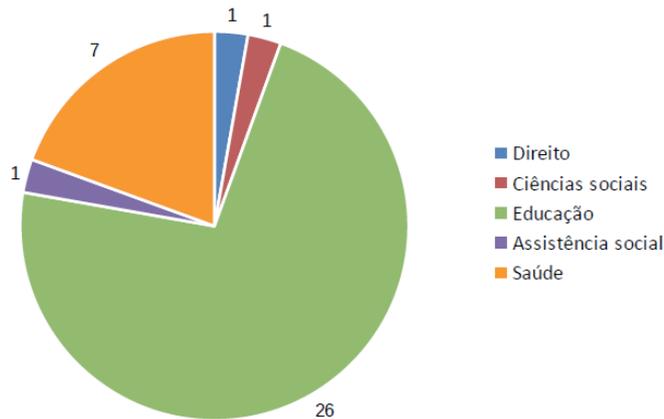
Fonte: autores, 2017.

O Gráfico 4 faz referência às subáreas de concentração dos estudos realizados nos PPGs em Educação. Referente às subáreas, trabalhávamos com a hipótese de que sendo



a educação não escolar temática central dos estudos, a relação mais próxima na perspectiva das políticas intersetoriais seria com a Assistência Social. Tal hipótese considerava o conhecimento prévio e, principalmente, a importância recente atribuída às práticas socioeducativas nas políticas da educação – referenciadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (BRASIL, 2006), o Programa Mais Educação (BRASIL, 2007) e o próprio Plano Nacional de Educação (2014-2024), reconhecem a concomitância da assistência social com a educação escolar, incluindo as práticas do campo da saúde. Curiosamente, a assistência social enquanto subárea do conhecimento aparece de forma pouco relevante, comparativamente à educação e à saúde.

Gráfico 4. Total de Teses e Dissertações por subárea de concentração nos PPGs em Educação.



Fontes: autores, 2017.

Destaca-se a importância da subárea saúde, com sete trabalhos e mais três que, no interior da subárea educação articulam ambos os temas. Aqui, inferimos a relação possível entre práticas de educação não escolar e a importância atribuída aos estudos de Paulo Freire, que se faz presente em 7 trabalhos da subárea saúde, enquanto referencial teórico e de análise. Em todos eles, no conjunto dos 10, está inclusa a discussão que reconhece os saberes não escolares como parte de processos formativos e de práticas de diferentes profissionais tanto no âmbito da educação quanto no da saúde, tal como referem os excertos abaixo.

É necessário observar que esta pedagogia [referência à Pedagogia Freiriana] não está circunscrita às situações de educação formal, mas pode estar presente na educação não formal, dentro e fora das escolas (SOUZA, 2011, p.32).

[...] ao longo do tempo, diversos estudos têm utilizado este referencial [Paulo Freire] em diferentes áreas, entre elas, as ciências da saúde, na abordagem de questões educativas formais, informais ou não formais (FERRAZ, 2011, p.175).

Educação e/em saúde são temas em diálogo que problematizam a implantação de programas multidisciplinares no estudo de projetos pedagógicos, em atividades educativas com adolescentes, em brinquedotecas de hospitais, entre outras, afirmam Souza (2011) e Ferraz (2011).

Na subárea da saúde, a enfermagem se destaca com trabalhos que, na sua maioria (quatro), tematizam a educação em saúde na perspectiva da prevenção, sobretudo com crianças, adolescentes e idosos. É o que se verifica, por exemplo, no trabalho de Patrocínio (2011), um dos estudos analisados que tematiza um programa de educação popular em saúde dirigido a idosos, da cidade de Campinas-SP. Objetivando um envelhecimento saudável à comunidade atendida, a autora lança mão de conceitos freirianos:

[...] desenvolver nas pessoas o reconhecimento de si mesmas como sujeitos, uma visão crítica sobre as estruturas sociais e o engajamento ativo em uma prática emancipadora. Deve envolver processos contínuos e permanentes de formação num contexto de confiança mútua. As atividades devem favorecer a autonomia, a participação, a colaboração, exploração de pontos de vista alternativos, a problematização e a reflexão crítica (PATROCÍNIO, 2011, p. 4)

Outros trabalhos desta subárea lidam com temas referentes ao contexto formativo do profissional enfermeiro, campo de práticas pedagógicas relevantes para a saúde coletiva que compreende os espaços de educação não escolar como potenciais para o desenvolvimento de suas ações⁶.

Os objetivos do trabalho pedagógico, nesse contexto, deixariam de ser apenas os de levar ao aluno conhecimentos escolares clássicos formais e passariam a incorporar as possibilidades de os conteúdos contribuírem para as ações concretas que os alunos devem ser capazes de desenvolver na vida cotidiana, tanto para melhorar sua própria qualidade de vida como para associar aspectos de sua vida ao conjunto da sociedade (OLIVEIRA, apud PATROCÍNIO, 2007, p. 13).

Extraescolar e não formal são expressões que aparecem como sinônimas de educação não escolar. Há uma perspectiva de educação em saúde que se ocupa em problematizar os espaços em que se desenvolvem como educativos e reconhece a Educação Popular como um fundamento importante.

Iniciamos essa pesquisa por acreditarmos em uma educação popular em saúde que leve em conta o saber do outro e o seu poder de fazer e refazer o mundo, assim fazendo a sua própria história e a história do mundo. Olhar para o outro sob esse prisma nos encaminhou à procura de uma proposta educacional que permitisse aos conselheiros terem voz e vez, encontrada essa dinamicidade nos Círculos de Cultura freireanos (SIPRIANO, 2012, p. 103).

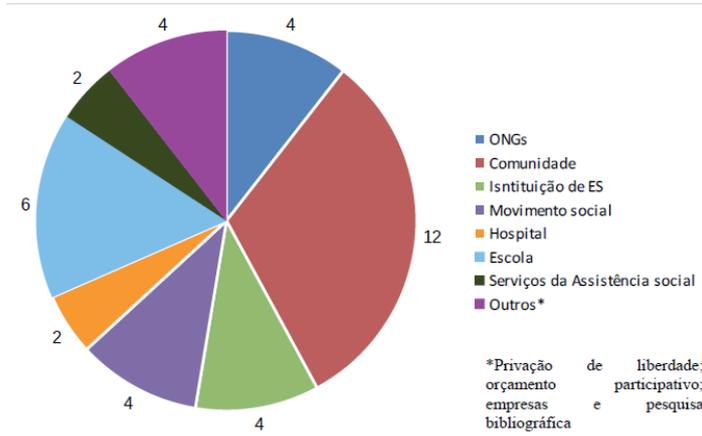
Este certamente é um dado relevante à investigação realizada. Principalmente porque dá visibilidade a outros modos de produzirem-se práticas no campo não escolar. Dados que em certa medida contrariam o teor do Dossiê “Práticas de educação não escolar e não formal”, organizado por Zucchetti, Moura e Groppo (2016), publicado pela Revista Série-Estudos na qual a temática preferencial emergente dos artigos, assinados por pesquisadores de várias regiões do Brasil, não registrou nenhum estudo do campo da saúde.

6 Nossa inferência leva em consideração estudos importantes sobre a presença de Paulo Freire na Saúde Coletiva. Ver. Stotz EM, David HSL, Wong-Un JA. (2005); Falkenberg, et all (2014); Gomes e Merhy (2011).



Considerando que muitas vezes o campo onde práticas educativas ocorrem é o que define o âmbito da educação não escolar, o Gráfico 5 nos ajuda a demonstrar o afirmado. Destacam-se entre os campos empíricos das Teses e Dissertações os trabalhos realizados em comunidades, ONGs e movimentos sociais, espaços estes reconhecidos como *lócus* de práticas em espaços de educação não escolar.

Gráfico 5. Campo empírico das Teses e Dissertações.



Fonte: autores, 2017.

É de se considerar, por sua vez, que um número significativo de trabalhos nas chamadas comunidades é expressão identificada na análise para se referir a bairros populares, periferias das cidades, grupos camponeses, populações ribeirinhas e espaços voltados à sociabilidade de crianças, jovens e adultos.

Contudo, não foi possível identificar a origem da noção de comunidade na qual os diferentes trabalhos estão fundamentados. Em geral, eles não problematizam essa questão, apenas nomeiam. Um exemplo é o estudo de Fernandes (2011, p. 37) ao apresentar elementos que justificam a variação do campo comunidade como sendo: “a ‘vida real e orgânica’ que liga os seres humanos, fazendo-os se afirmarem reciprocamente”.

A comunidade como algo natural, de sentido e entendimento comum é tratada por Bauman (2003) como um lugar de esquiwa, tal qual observado nos estudos analisados. A comunidade como uma coisa boa, lugar de aconchego, paraíso perdido, é sempre imaginada, sonhada, postulada – lugar onde não cabe a reflexão, a crítica, a experimentação. Tratar a comunidade deste modo é desconsiderar a “comunidade realmente existente” (BAUMAN, 2003, p. 9) uma expressão utilizada pelo autor. Ele afirma que “precisamente quando a comunidade entra em colapso, a identidade é inventada” (BAUMAN, 2003, p. 20). E vai além: “as comunidades cabides [...] como um seguro coletivo contra incertezas individualmente enfrentadas” (Idem, p. 21) emergem como a possibilidade de novos alívios, quer mediante a solidão pela comunidade perdida, quer diante das vicissitudes da vida. A comunidade realmente existente “exigirá vigilância vinte e quatro horas por dia e a afiação diária das espadas, para a luta dia sim, dia não, para manter os estranhos fora dos muros e para caçar os vira casacas em seu próprio meio (Ibidem, p. 22).

Em certa concomitância com os estudos de Bauman (2003) percebemos no conjunto das Teses e Dissertações uma causa comum, qual seja, a defesa das identidades. Orga-

nizações Não Governamentais (majoritariamente voltadas à luta por direitos de crianças e adolescentes) e Movimentos Sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Movimentos de Economia Solidária, Movimento de Educação de Base e os que poderiam ser nomeados emergentes, inclusive, aliados às manifestações de 2013⁷) são campos de práticas e de estudos preferenciais.

Torna-se interessante observar que a escola é também campo empírico para trabalhos cuja produção e problematização de temas vinculam a educação não escolar. Entre estes, o *locus* das pesquisas nas Teses e Dissertações esteve concentrado na escola pública, tendo todas as etapas da educação básica contempladas: educação infantil; anos finais do ensino fundamental; ensino médio e classes multisseriadas. Destacamos uma pesquisa que se dedicou a analisar o contexto da educação infantil centrada na relação entre família e escola, tendo a autora considerada essa relação como sendo não escolar. Outra pesquisa na escola buscou pensar os aspectos da educação em saúde de adolescentes destacando temas transversais como sendo não escolares (sexualidade e prevenção ao uso de drogas). Dois trabalhos atribuíram sentido aos conhecimentos escolares na relação com os conhecimentos não escolares ao discutir saberes e culturas de comunidades na interface com o currículo. Entre os saberes populares estavam os ritos, a religiosidade, a mística. Um estudo problematizou os saberes da cultura local para pensar o currículo escolar de uma escola do campo; finalmente outra pesquisa focalizou o movimento *hip hop* como forma de desafiar o espaço escolar e a sua interseção com a educação não escolar.

Tais contextos e problematizações demonstram que a educação não escolar é constituinte das relações educativas de sujeitos. A ideia de um ‘fora’ do âmbito escolar se relaciona às práticas que se produzem entre os sujeitos alunos/famílias/comunidades. Tal constatação nos permite perguntar: por que, no âmbito de práticas educativas, se faz necessária tal distinção? Os próprios estudos parecem oferecer a resposta, notadamente a possibilidade de a análise recair sobre os saberes e os fazeres de escolas cuja intervenção está cada vez mais amarrada às avaliações de competências nas mais diversas instâncias e, contraditoriamente, mostrando-se cada vez mais distante da vida cotidiana.

Contudo, em linha gerais os trabalhos analisados também permitem encontrar nas práticas escolares saberes e culturas populares. Estes, em certa medida, aparecem como a possibilidade de colaboração, proposição ou reestruturação das práticas e currículos escolares, buscando por uma melhor contextualização de tais saberes e culturas.

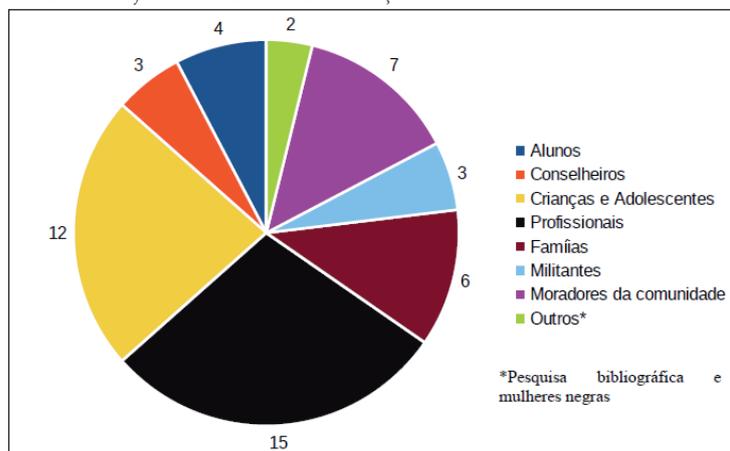
Tais constatações reafirmam, de acordo com Moura e Zucchetti (2010b, p. 632), que neste momento histórico a distinção entre ‘escolar’ e ‘não escolar’ “permite referenciar e demarcar a educação por aquilo que lhe é intrínseco: as práticas pedagógicas, eixo que baliza a utilização da expressão proposta”. Ou seja, evidencia-se o que têm de diversos. Assim sendo, reafirma-se, que a educação não escolar é mais uma modalidade de prática educativa que pode ser associada ao campo social e a outras áreas do conhecimento na perspectiva interdisciplinar.

7 O ano de 2013 foi marcado na história política do Brasil como ato em que a população saiu às ruas para reivindicar, entre outras pautas, direitos, participação e respeito. Reconhecido como Movimento pelo Passe Livre, o Brasil passou por uma “onda de protestos”, iniciada, com maior força, em Porto Alegre, vinculado à luta contra o aumento da passagem de ônibus (ROSA, 2015).



O Gráfico 6 é representativo dos sujeitos das pesquisas das Teses e Dissertações. Ne-las, aparecem por vezes mais de um sujeito de pesquisa, por isso o número total excede o número geral de Teses e Dissertações analisadas. Do conjunto, identificamos quinze trabalhos que nomeiam os seus sujeitos como profissionais. Numa análise mais detalhada sobre quem seriam esses profissionais, encontramos as categorias professores, pedagogos, enfermeiros e educadores. Este último mencionado em quatro trabalhos, sendo destacado em dois deles como sinônimo de professor; nos outros dois dizem respeito a monitores e educadores sociais.

Gráfico 6. Sujeitos das Teses e Dissertações.



Fontes: autores, 2017.

Quando os sujeitos dos estudos são denominados profissionais o foco direciona-se aos aspectos da vida profissional que envolve a construção de uma identidade profissional ou a análise de aspectos formativos e de qualificação em diferentes âmbitos, na modalidade de cursos ou em serviços. Destaca-se um trabalho que dimensiona o tema da construção da autonomia do profissional na sua relação de trabalho, especificamente em relação ao profissional da enfermagem.

Crianças e adolescentes foram eleitos em doze trabalhos como sujeitos de pesquisa. Da totalidade destes estudos em que as crianças e os adolescentes são sujeitos preferenciais, seis trabalhos destacaram questões relativas ao ser e estar criança e adolescente em espaços educativos escolares e não escolares. Três focalizam a criança e o adolescente abordando aspectos da cultura, do desenvolvimento e da participação social. No entanto, a figura do aluno na sua relação com um agente (educativo) é frequente. Nenhum trabalho focalizou o sujeito criança e/ou adolescente pelo seu protagonismo social.

Uma outra questão que se coloca na identificação das pesquisas nas quais crianças e adolescentes são sujeitos diz respeito aos efeitos das práticas a eles direcionadas e à percepção de que visivelmente são menos estudados. Ou seja, a ênfase dos estudos recai, em geral, sobre as estruturas dos programas e projetos, sejam elas profissionais ou institucionais. Os sujeitos crianças e adolescentes, propriamente ditos, não aparecem, não têm voz. Fala-se deles, são os mudos da história, numa referência aos estudos de José de Souza Martins (1991).

O interesse em temas que procuraram analisar os movimentos e os coletivos de pessoas em torno de temáticas como economia solidária, movimentos de mulheres, movimentos pela moradia, entre outros, permitiu identificar um escopo de sujeitos bastante diversos, entre os quais moradores de comunidades, militantes e conselheiros de direitos. Nessa perspectiva, é dada visibilidade às práticas que são motivadas por dinâmicas que pretendem, de alguma forma, subverter a lógica hegemônica que privilegia determinado modo de produzir intelectualmente em detrimento dos saberes populares. Em geral, pode-se afirmar tratar-se de estudos que analisam outros meios de produção do conhecimento tendo como perspectiva outros modos de viver em sociedade. Sobre esses estudos Streck e Santos (2011, p. 30) vão afirmar que são experiências que buscam “experimentar novas visões de futuro, uma sociedade que pudesse acolher a todos como cidadãos de fato e de direito”.

4. Autores de referência nas Teses e Dissertações sobre a Educação Não Escolar.

Esta seção nos permite adentrar na questão relativa às bases teóricas utilizadas nos estudos analisados. A partir da investigação das referências bibliográficas das Teses e Dissertações foi possível mapear quais os autores são referidos com maior frequência e qual o alinhamento possível entre eles, a partir do que vimos afirmando como campo da educação não escolar.

Sem dúvida Paulo Freire foi o autor mais citado no conjunto de 38 trabalhos analisados. Reconhecido mundialmente, Freire é identificado como um autor contemporâneo. Sua obra atravessou o século sendo amplamente utilizada como referência no campo da educação e em outras áreas, a da saúde, por exemplo, como já demonstrado. No campo da educação não escolar a sua contribuição é igualmente inestimável; uma hipótese é que seus temas transcendem a uma sala de aula perpassando as relações humanas e uma postura diante da vida e diante do mundo em que vivemos.

Notemos, por exemplo, o tema da ética – abordado, entre outros livros, na Pedagogia da indignação – que ultrapassa uma área do conhecimento. Como não tratar dela na educação, na saúde, nos movimentos sociais, na política e em todos os envolvimentos humanos? Dito com outras palavras, Freire tornou-se universal porque seus temas possuem alcance universal.

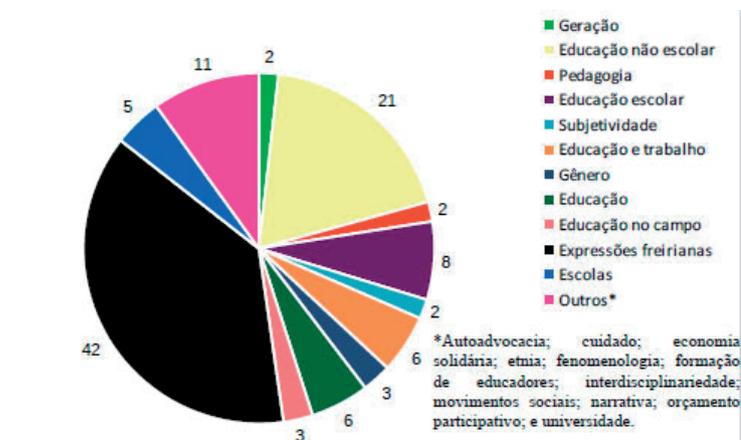
Confirmando o exposto, no que se refere a presença de Paulo Freire nas Teses e Dissertações observou-se, de antemão, que há uma diversidade bastante importante no uso e apropriação do pensamento freiriano. A análise das trinta e oito Teses e Dissertações demonstrou que temos três modos principais de referendar Paulo Freire como referência. Um primeiro que recorre à Freire como autor principal tanto para a constituição do referencial teórico, quanto na análise dos dados. Outro, onde o autor aparece de forma secundária através de passagens, por vezes, aleatórias, através do uso de expressões que são identificadas como freirianas. Entre estas encontram-se excertos que poderiam ser classificados como ‘de efeito’, caracterizando-se pelo potencial de se tornarem jargões. Como exemplo, notamos frases como “ninguém educa ninguém” ou “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”. Num terceiro modo, Freire é referenciado a partir de *apuds*. Nesta modalidade, Paulo Freire



vem a partir dos escritos de estudiosos de sua obra, tais como Brandão (1985) e Gadotti (1996), principalmente.

O Gráfico 7, chama a atenção o uso de expressões freirianas presentes nas palavras-chave na maioria do conjunto dos 38 estudos. Elas aparecem em grande variedade e utilizadas com muita frequência e são expressões de categorias/conceitos importantes na construção teórica de diversas obras do autor, o que permite afirmar, num primeiro momento, a forte presença do autor nas Teses e Dissertações analisadas.

Gráfico 7. Demonstrativo das palavras-chave.

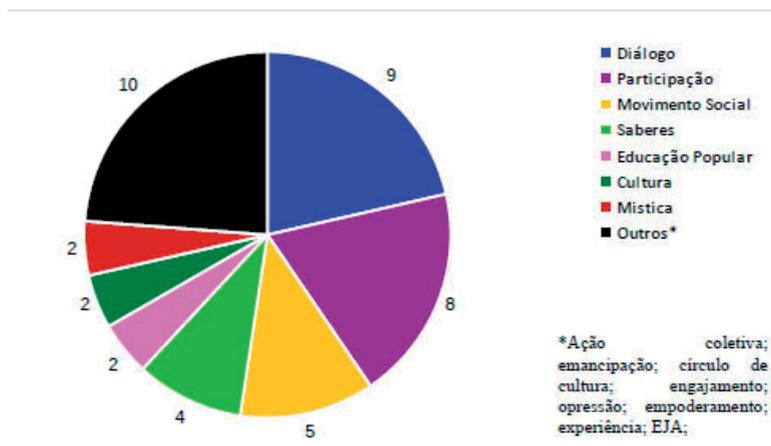


Fontes: autores, 2017.

O Gráfico 7.1 apresenta em destaque as expressões diálogo, participação, movimento social⁸ e saberes. Nos excertos de textos dos autores é possível constatar que o uso de tais expressões se manifesta de forma plural e relacional, pois assim é o pensamento freiriano. Naturalmente, os termos são utilizados pelos pesquisadores de modo associado, interdependentes, “tramados” com outros não menos importantes, implicando-se mutuamente, a saber: (a) “este estudo está fundamentado num processo de pesquisa-intervenção participativa, de base fenomenológica, no âmbito do Projeto Participação e Diálogo, o qual visou trabalhar com práticas dialógicas [...]” (POMPEIA, 2011, p. 6); (b) “Esta pesquisa trata dos conceitos de participação [...] democracia participativa sobre a gestão do orçamento [...] tema gerador, participação através das contribuições do método do diálogo de Paulo Freire [...]” (CAVALCANTE, 2011, p. 8); e (c) “[...] seguiu-se o referencial de Paulo Freire, em especial a sua compreensão de diálogo [...] algumas famílias refletiram sobre as suas práticas educativas e parecem ter assumido um modo mais dialógico no ato de educar sem perder a autoridade.” (FERRAZ, 2011, p. 8).

8 Destacamos a palavra-chave movimento social enquanto freiriana considerando, especialmente, a dimensão política da expressão que carrega em si um conjunto de outras referências fundamentais aos estudos realizados por Paulo Freire, entre elas, o movimento popular, as marchas dos sem-terra, como estratégias educativas que inovam e educação (FREIRE e NOGUEIRA, 1989).

Gráfico 7.1. Expressões freirianas nas palavras-chave .



Fonte: autores, 2017.

No entanto, as palavras-chave não se convertem na mesma medida num aprofundamento da presença de Freire nos estudos em questão. De outro modo, quando a análise recai sobre o referencial teórico observa-se que Freire irá se fazer presente de forma mais consistente nos estudos do campo da saúde. Mais da metade dos trabalhos analisados nessa subárea indicam Paulo Freire como autor principal. E entre as obras referenciadas estão a Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Autonomia, Pedagogia da Esperança, Educação como Práticas de Liberdade, Educação e Mudança, entre outras tantas em menor incidência.

Há também referência a Freire realizada por autores que se dedicaram a escrever sobre a vida e a obra do autor. Nesse quesito, destacam-se Carlos Rodrigues Brandão com o livro *O que é o método Paulo Freire?*; e Moacir Gadotti com *Paulo Freire: uma bibliografia*, confirmando o exposto para o conjunto de todas as Teses e Dissertações.

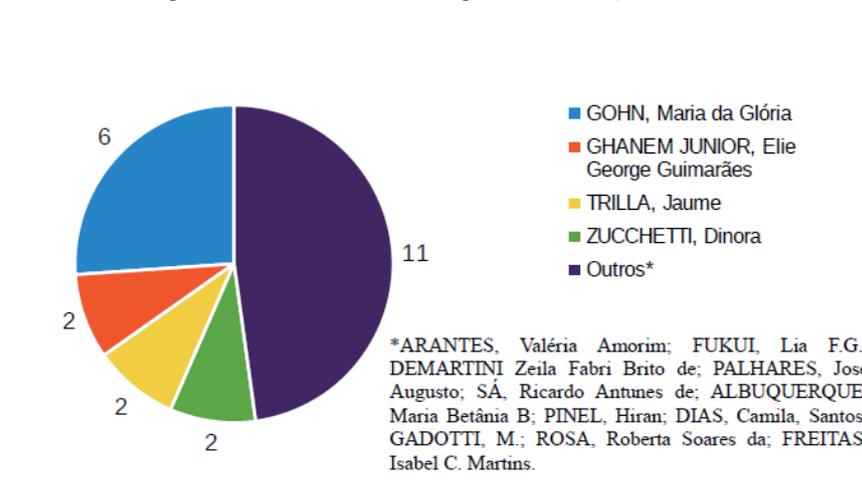
Quanto às obras específicas do campo da educação não escolar observamos que a dimensão teórica que orienta as produções no campo social mostra-se ampla e, de alguma forma, difusa. Diferentes vertentes e áreas do conhecimento se fazem presentes. A busca por uma afirmação conceitual fica evidente, passando da simples descrição presente nos primeiros trabalhos consultados a algumas tentativas de aprofundamento do que seja a educação no campo social.

No entanto, um exame dos conceitos apresentados pelos diferentes autores demonstra que há uma dimensão mais global das práticas em curso, expressas principalmente pela variação das subáreas (Gráfico 4). Contudo, todas essas variações estão assentadas na área da Educação, o que evidencia e confirma a presença de um campo de estudos de 'tópicos específicos de educação' tal qual definido pela Capes.

Assim, podemos afirmar que há uma produção acadêmica, ainda que pouco significativa, sobre o tema das práticas desenvolvidas no campo social, mas que vem se consolidando e se ampliando significativamente. Outrossim, como resultado da análise de conteúdo das produções, foram encontradas importantes pistas que contribuiriam para a elaboração de um mapa que demonstra quais são os autores de referência para este campo e a partir de onde produzem suas contribuições.

Neste sentido e considerando os argumentos utilizados na definição do que é o campo social, desenvolvidos na seção 1 deste artigo, é possível observar duas tendências. A primeira delas é a diversidade de autores que são utilizados para dialogar com o campo de conhecimento em questão, o que se observa no item Outros do Gráfico 8, abaixo. A segunda tendência, visível no mesmo Gráfico, está na emergência de apenas 4 autores entre os mais referidos nas Teses e Dissertações estudadas quando a busca se faz pelo descritor educação não escolar e seus assemelhados enquanto sinônimos (formal, não formal, informal).

Gráfico 8. Bibliografia: autores de obras ou artigos sobre educação não escolar referenciados



Fonte: autores, 2017.

Sobre a diversidade de autores utilizados no diálogo com o campo social, identificamos os que estudam as políticas de educação num sentido amplo e que, nesta perspectiva, dialogam com a educação não escolar na medida em que a reconhecem como formativa. Porém, interessa-nos mais evidenciar as aproximações e as diferentes formações e abordagens naqueles autores em que há certa centralidade entre os estudos no campo em questão. Dos quatro mais citados Gohn, Zucchetti e Moura, Trilla e Ghanem, vale destacar que possuem formações em áreas diversas, além de abordar a temática em questão a partir de diferentes perspectivas. Maria da Glória Gohn é Doutora em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo e sua ênfase recai sobre a educação não formal e os movimentos sociais. Professora da USP, possui várias publicações na modalidade de livros e artigos que abordam de modo geral as teorias dos movimentos sociais. Reconhecida nacionalmente, é, sem dúvida, a autora mais lembrada quando os estudos tratam de práticas de educação não formal, expressão tomada aqui como sinônimo de não escolar.

As autoras Dinora Tereza Zucchetti e Eliana Perez de Moura possuem doutorado em Educação – a primeira pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul, UFRGS; a segunda pela Pontifícia Universidade Católica, PUC/RS – ambas são docentes da Universidade Feevale/RS. Com publicações realizadas em conjunto, a ênfase de seus estudos está direcionada à reflexão sobre as práticas educativas que ocorrem na inter-relação entre as políticas da assistência social e da educação. Nomeando tais experiências como sendo educação não escolar, enquanto práticas de educação que ocorrem no campo social, se ocupam, inclusive, da formação acadêmica dos educadores.

Elie Guimarães Ghanem Jr. possui doutorado em educação pela USP. Tangencia as práticas da educação não escolar na medida em que se ocupa da avaliação e da inovação em educação. Por fim, Jaume Trilla é, entre os demais, o único estrangeiro. Espanhol, possui doutorado em Pedagogia e vem ao longo dos anos dedicando-se aos estudos relacionados com a Pedagogia Social, modalidade de formação existente em alguns países europeus. No Brasil, tal ‘especialização’ da Pedagogia tem sido frequente em congressos internacionais realizados por Grupos de Pesquisa que dialogam com os estudos sobre a Pedagogia Social. Tais aportes buscam subsidiar uma formação específica, em nível superior, para os educadores que atuam nessas práticas.

Segundo Santos e Santos Paulo (2017, p.161), “as concepções teóricas acerca da Educação Popular e da Pedagogia Social, em diálogo, ainda estão em processo de construção e ambas vêm inspirando o fazer educativo-pedagógico das práticas no campo social”. Da mesma forma, essa inspiração vem sendo disseminada nos estudos da Pós-Graduação em Educação e sobre esse tema temos visto concretizar-se, por meio de pesquisas, alguns apontamentos que põem em questão a existência de uma Pedagogia Social no Brasil. (SANTOS E SANTOS PAULO, 2017 e MOURA E ZUCCHETTI, 2010).

A constatação é de que temos em curso o fortalecimento de concepções teóricas que possam a orientar os estudos e as pesquisas no campo da educação não escolar o que reafirma a nossa aposta: a consolidação dessa área como um tópico especial de pesquisa e intervenção.

5. Considerações finais

O presente artigo objetivou, antes de tudo, conhecer os modos como a Educação Não Escolar se faz presente nos estudos de Pós-Graduação em Educação no Brasil. Partiu-se do reconhecimento da existência de tais estudos, mas fazia-se necessário saber mais – onde se realizaram, quais eram seus sujeitos preferenciais e em que medida a educação não escolar dialogava com pressupostos freirianos?

Uma primeira constatação, que para os autores resultou interessante, foi perceber que não é a subárea assistência social a que mais aborda o tema da educação não escolar nos Pós-Graduações em Educação, mas a saúde. Da mesma forma, verificou-se que é nessa subárea que o diálogo com Paulo Freire é mais profícuo.

Outra questão que merece destaque é a quase ausente discussão sobre o que seja educação não escolar do ponto de vista de um aprofundamento conceitual. Esta modalidade de educação é tomada como dada e é referenciada, inclusive, de forma bastante heterogênea. Contudo esta constatação não representou nenhum resultado importante para os autores. Acompanhando acadêmicos em diferentes níveis de formação em bancas de TCC e de Pós-Graduação, avaliando como colaboradores submissões de artigos em Revistas Científicas, participando de Eventos, se tem observado tal heterogeneidade no trato da questão. Em geral, os estudos analisados partem de uma revisão teórica, nem sempre densa, contudo, decisiva em que pese a definição dos campos das práticas.

Por outro lado, é inegável, da parte de muitos pesquisadores o esforço no sentido de abordar de forma mais consistente esta modalidade de educação, reiterando tratar-se de



práticas educativas. Por sua vez, Moura e Zucchetti (2006 e 2010) apontam para a importância de explorar o movimento e a fluidez dos processos educativos que ocorrem na marginalidade dos saberes instituídos, referindo-se especialmente a alguns equívocos da educação escolar que, por vezes, pouco consideram como ponto de partida de sua ação a realidade própria de cada grupo. As autoras contribuem, ainda, refletindo sobre as intervenções educativas em curso, procurando estabelecer com elas um diálogo no sentido de tensionar os seus contornos com diferentes áreas do conhecimento. Apresentam uma reflexão sobre as práticas de educação que se desenvolvem além da escola, ancoradas em quatro eixos: a urgente superação do debate sobre suas diversas formas de nomeação; o olhar mais minucioso para a questão da intencionalidade presente (ou não) nas práticas de educação no campo social; uma concepção ampliada de educação, designando-a como uma prática social que é também um ato político; a possibilidade de instauração de outras bases teóricas para uma prática de educação que se constitua, pelas atitudes de abertura e acolhimento e um corpo de saberes transdisciplinar.

Tal afirmação remete à dimensão da formação dos educadores para este campo que, se ainda é pouco expressivo comparativamente à grandeza do sistema educacional, tem tido presença importante principalmente entre os setores populares. Esse tema precisa ser colocado em discussão. Neste sentido, o reconhecimento e a presença da educação não escolar de modo geral nos coloca diante da desigualdade de oferta de serviços públicos, da precariedade de acesso a bens materiais e imateriais, a patamares mínimos de cidadania, geralmente concedida, de escassez de exercício de emancipação. Por isso o trabalho com Teses e Dissertações corrobora, mesmo com um número pouco expressivo de estudos que, se não as instituições, há cidadãos/estudantes da pós-graduação que tencionam algum tipo de relação com tais práticas, em geral, ressaltadas pela suas dimensões afirmativas e cidadãs.

Referências

- ANDRÉ, M. A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos 1990 e 2000. *Doc.*, Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 41-56, ago./dez. 2009. Disponível em <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br> Acesso em 25 de abril de 2017.
- BAUMAN, Z.. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- _____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia**. Resolução CP/CNE 01/2006, publicada no DOU 16/05/2006. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf> Acesso em 2 de maio de 2017.
- _____. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 17**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf> Acesso em 2 de maio de 2017.
- BRANDÃO, C. R.. O outro ao meu lado: algumas ideias de tempos remotos e atuais para pensar a partilha do saber e a educação de hoje. In: MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. P. 46-71.
- _____. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.



CARVALHO, M. C.; AZEVEDO, M. J.. **Ações complementares à escola no âmbito das políticas públicas**. [S. l.: s.n.], 2004. Inédito.

CAVALCANTE, J. A. M.. Sociopoetizando a participação nos entre-lugares de crianças, adolescentes e adultos/as conselheiros/as do orçamento participativo de Fortaleza. **Dissertação** (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/bRv6mG> . Acesso em 20 de setembro de 2017.

FALKENBERG, M. B.; MENDES, T. P. L.; MORAES, E. P. de and SOUZA, E. M.. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2014, vol.19. n.3 Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S1413-81232014000300847&lng=en&tlng=pt Acesso em: 10 de maio de 2017.

FERNANDES, M. A. S. Da resistência à ação política, a educação pelo consenso: a ação educativa de Pe. Sabino em Mãe Luiza – Natal/RN. **Tese** (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2011.

FERRAZ, S. M.. Uma experiência de trabalho com as famílias em um centro de educação infantil: um olhar dialógico para as práticas educativas. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo – SP, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/zh45B5> . Acesso em set de 2017.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A.. **Que Fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1989.

GADOTTI, M.. **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.

GOMES, L. B. ; MERHY, E. E.. **Compreendendo a educação popular em saúde: um estudo na literatura brasileira**. Cad. Saúde Pública [online]. 2011, vol.27, n.1, pp.7-18.

HADDAD, S.. A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI. **Rev. Bras. Educ.**, Ago 2009, vol.14, no.41, p.355-369. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a13.pdf> Acesso em: 19 de dezembro de 2016.

LEMES, M. A.. Estratégias de participação na política de assistência social na perspectiva de Paulo Freire. **Tese** (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2017.

MARTINS, J. S.. **O Massacre dos Inocentes**. Belo Horizonte: Hucitec, 1991.

MOURA, E. P. G.; ZUCCHETTI, D. T. Z.. Educação além da Escola. Acolhida a outros Saberes. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, maio/ago. 2010.

_____. Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social. **Educação Unisinos**. 10(3):228-236, setembro/dezembro 2006.

PATROCINIO, W. P.. Descrição e análise dos efeitos de um programa de educação popular em saúde dirigido a idosos comunitários. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: [s.n.], 2011.

POMPEIA, S. M.. Escola, organização social e família: um diálogo possível. **Tese** (Doutorado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo – SP, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/6vH2c8>. Acesso em set de 2017.

ROSA, R. S.. Pedagogia dos movimentos sociais: as manifestações de 2013 como espaço de aprendizado. **Dissertação** (mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2015.

SANTOS, K.; SANTOS PAULO, F. (Des)encontros entre a Pedagogia Social e a Educação Popular. In: **Revista Ensino & Pesquisa**, v.15, n. 2 (2017), 117-140, Suplemento.

SILVA, A. P. S. S.. A enfermeira e a corresponsabilidade pela formação do aluno em estágio curricular. **Tese** (Doutorado em Enfermagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2012.



SIPRIANO, C. A. S.. Educação popular: círculos de cultura e os limites e as possibilidades de empowerment do conselho local de saúde. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Santa Catarina, 2012.

SOUZA, D. F. Estratégias de educação em saúde em enfermagem: aprendendo para ensinar. **Tese** (Doutorado em Saúde/Enfermagem). Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro, 2011.

STOTZ E.M., David HSL, Wong-Un JA. Educação popular e saúde: trajetória, expressões e desafios de um movimento social. **Rev APS** 2005; 8:49-60.

STRECK, D.; SANTOS, K.. Educação de Jovens e Adultos: diálogos com a Pedagogia Social e Educação Popular. In: **EccoS** – Revista Científica, São Paulo, n. 25, p. 19-37, jan./jun. 2011.

TRESOLDI, M. E. Caleidoscópio: desvelando o adolescente em conflito com a lei. **Tese** (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2015.

ZUCCHETTI, D. T.; MOURA, E. Práticas socioeducativas e formação de educadores: novos desafios no campo social. **Ensaio** (Fundação Cesgranrio. Impresso), v. 18, p. 9-28, 2010 a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n66/a02v1866> Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

ZUCCHETTI, D. T.; MOURA, E. Educação além da escola: acolhida a outros saberes. **Cadernos Pagu** (UNICAMP. Impresso), v. 40, p. 629-648, 2010 b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1640140.pdf> Acesso em: 20 de dezembro de 2016.

ZUCCHETTI, D. T. Práticas socioeducativas: questões que emergem de experiências de educadores. **Revista Práxis**. Vol.1. 2014. Disponível em: <http://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/770/927>. Acesso em 19 de dezembro de 2016.

ZUCCHETTI, D. T., MOURA, E. P. G.; GROppo L. A. (org). Dossiê: “Práticas de educação não escolar e não formal”. **Serie Estudos**. v. 21, n. 43, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/1018> Acesso em: 24 de set. 2017.

